

Os perigosos tranquilizantes

Os fabricantes de Valium, Librium e outros chamados "tranquilizantes fracos", que são, hoje, os remédios mais receitados do mundo, concordaram em advertir os médicos de que estes medicamentos não servem para diminuir as tensões da vida cotidiana.

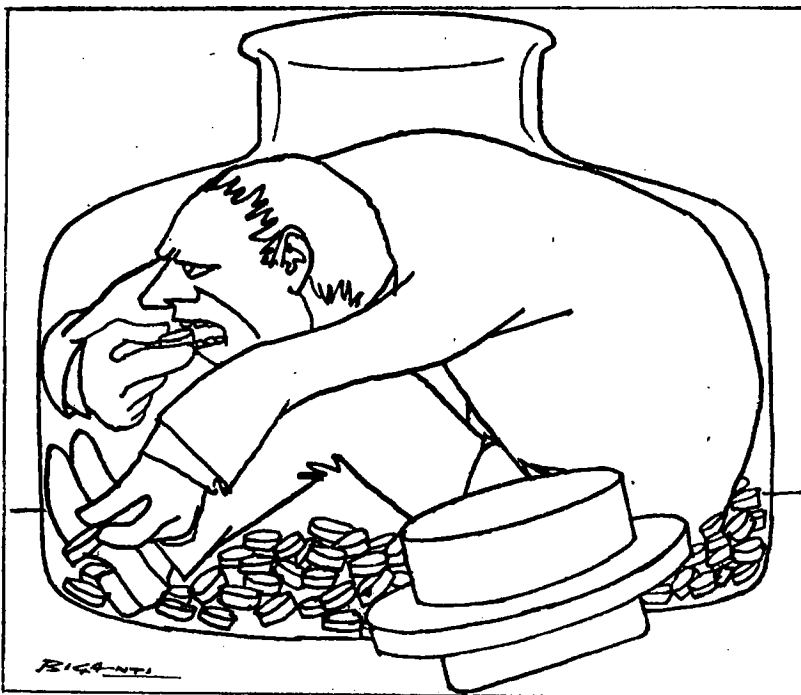
A Food and Drug Administration esforçou-se para conseguir o acordo, anunciado na semana passada, para reduzir ainda mais o uso de tranquilizantes. Ao serem lançados no mercado, eles foram apresentados como substâncias tão isentas de riscos quanto a aspirina; porém, hoje quase todos os têm como drogas capazes de causar dependência física e psíquica.

Essa resolução foi a medida menos rigorosa que o Departamento Federal para Controle de Tóxicos dos Estados Unidos poderia ter tomado e, por isso, não demorou a ser desprezada por grupos de defesa do consumidor e de proteção à saúde que a consideraram pouco eficaz.

Segundo o acordo, as informações enviadas aos médicos — mas não aos pacientes — passarão a incluir a seguinte advertência: "As ansiedades ou tensões ligadas ao desgaste da vida cotidiana, normalmente não exigem tratamento com drogas ansiolíticas (destinadas a combater a tensão)".

Os médicos ainda têm liberdade para receitar os medicamentos na quantidade desejada. Um porta-voz do Departamento disse que não se cogitou de "reclassificar" as drogas para colocá-las em uma categoria de uso mais restrito, capaz de impor não só limites à produção, como também controles mais severos às receitas. Além disso, está em estudos o acréscimo de uma bula complementar todas as embalagens, visando ao maior esclarecimento dos pacientes.

Jere E. Goyen, diretor do Departamento, declarou que "os tranquilizantes podem ser muito úteis no sentido de ajudar as pessoas a atravessarem situações de crise, ou como complemento nos casos de doenças mentais; no entanto, são comumente ingeridos por milhões de norte-americanos desejosos apenas de enfrentar as preocupações



inerentes à vida diária; essas drogas não foram criadas só com o objetivo de combater as ansiedades dessa natureza".

O maior número de receitas de "tranquilizantes fracos" — cerca de dois terços — é, sem dúvida, de Valium. Os comprimidos azuis e amarelos são tomados, diariamente, por milhões de donas-de-casas nervosas e de homens de negócio que ocupam cargos desgastantes. Uma porta-voz da fábrica "Hoffman-Laroche", de Nutley, Nova Jersey, contestou insinuações de que o remédio corre o risco de ser usado de forma bastante indiscriminada.

Contudo, ela afirmou que a empresa havia concordado com a nova advertência "para garantir a continuidade do uso adequado de nossos produtos". Acrescentou, ainda, que a companhia — também fabricante de Librium — há algum tempo vinha mantendo contatos com médicos, quanto à correta utilização dos remédios — medida essa que talvez tenha contribuído para a redução de aproximadamente um terço nas receitas de Valium — desde 1975 — para mais ou menos 38 ou 39 milhões por ano, em 1980.

As crescentes preocupações entre os médicos já causaram uma queda considerável no uso de todos os medicamentos com fórmulas se-

melhantes ao Librium. De acordo com a Food and Drug Administration, as receitas de remédios com benzodiazepinas — designação genérica destas drogas — sofreram uma redução de aproximadamente 90 milhões anuais, no período compreendido entre 1973 - 1975, para cerca de 68 milhões em 1978.

Outras empresas que concordaram com a alteração nas bulas foram os laboratórios Warner Chilcott, de Morris Plains, Nova Jersey, fabricantes de "Verstran"; os laboratórios Abbott, de Chicago, Illinois, fabricantes de "Tranxene" e "Azene"; os laboratórios Wyeth, de Filadélfia, Pensilvânia, fabricante de "Seran" e "Ativan"; e o laboratório Parke Davis, de Moris Plains, Nova Jersey, fabricante de "Centrax". Segundo a FDA, espera-se também o apoio dos fabricantes de matéria-prima para estes produtos.

As novas bulas deverão ser incluídas em folhetos explicativos, anúncios e outras promoções para os médicos. Tais medidas são insuficientes, segundo Sidney Wolfe, chefe do grupo de pesquisas no setor saúde, em Washington, filiado a organizações voltadas para a defesa dos interesses do consumidor, de Ralph Nader. Assim, ele defendeu a tese de que as benzodiazepinas devem ser reclassificadas como

drogas controladas da "Categoria II", o que exigiria, uma receita nova, para cada compra do medicamento. No momento, elas estão na "Categoria IV", que permite, ao paciente, usar a receita de acordo com sua vontade, até cinco vezes dentro do período de um semestre.

Como acontece com o uso indiscriminado da maioria das drogas, é difícil encontrar números confiáveis, que se represente um quadro real do abuso de tranquilizantes. Entretanto, existe um indicador, a "Rede de Advertências do Governo Federal sobre o Abuso de Drogas", responsável pelo controle das entradas nas salas de emergência de hospitais de um terço do país.

Durante o ano de 1978, segundo dados apresentados pela rede, houve 20.072 casos de emergência decorrentes do uso excessivo de remédios, entre os quais está o Valium. Em 38% dos casos, este era o único medicamento. Pouco mais da metade era de tentativas ou ameaças de suicídio, e fracassaram, porque a pessoa só morre tomando doses extremamente altas. Apesar de as receitas de Valium terem sofrido uma brusca redução, nos últimos anos, o número de casos de emergência aumentou em relação aos 19.359 registrados em 1976.

Na área metropolitana da cidade de Nova York, ocorreram 2.575 casos de emergência em 1978 — 35% dos quais causados apenas por Valium. A nível nacional, cerca de dois terços dos pacientes dos casos de emergência pertenciam ao sexo feminino.

Afirmam alguns médicos que a dependência física se verifica, com esse medicamento — que tem maciça publicidade —, com a dosagem máxima indicada, ou seja, aproximadamente 40 miligramas diárias. Os efeitos de sua suspensão assemelham-se àqueles constatados nos alcoólatras que deixam de beber: convulsões, câimbras e náuseas.

Sandra L. Willett, vice-presidenta executiva da Liga Nacional dos Consumidores, criticou a FDA por ter tomado apenas a "menos rigorosa das medidas possíveis", sobre o problema dos tranquilizantes.

Por Robert Reinhold, de Nova York.